Inclusão Social no Turismo: uma análise da acessibilidade dos atrativos turísticos do Centro Histórico de Curitiba/PR

Social Inclusion in Tourism: an accessibility analysis of Curitiba/PR Historic Center Tourist Attractions

Barbara Rocha (ROCHA, B.)[*],
Mateus José Alves Pinto (PINTO, M. J. A.)[**],
Paloma Duarte (DUARTE, P.)[***]

RESUMO - O presente artigo tem como objetivo analisar a acessibilidade dos atrativos turísticos do centro histórico da cidade de Curitiba. A técnica da pesquisa foi a observação *in locu* de dez atrativos do centro histórico da cidade e como método de coleta de dados foram utilizados três roteiros de inspeção do Ministério do Turismo. O principal resultado foi a análise do cenário precário da acessibilidade no centro histórico, onde apenas uma edificação apresenta uma situação satisfatória.

Palavras-chave: Acessibilidade; Centros históricos; Atrativos turísticos; Turismo acessível.

ABSTRACT - This article aims to analyze the accessibility of Curitiba historic center tourist attractions. The research technique was the observation in locu of ten attractions of the historic center and the data collection method was three inspection guides developed by the Ministry of Tourism. The main result was the analysis of the precarious scenario of the historic center accessibility, where only a building presents a satisfactory situation.

Key words: Accessibility; Historic centers; Tourist attractions; Accessible tourism.

[*] Bacharelanda em Turismo pela UFPR. Contato: barbara.rocha789@gmail.com

[**] Bacharelando em Turismo pela UFPR. Membro do Laboratório de Pesquisa em Turismo, Tecnologia, Informação, Comunicação e Conhecimento da UFPR. Contato: mateusjose.trilhas@gmail.com

[***] Bacharelanda em Turismo pela UFPR. Contato: duartepaloma94@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Dia Mundial do Turismo, que ocorre no dia 27 de setembro de cada ano, foi marcado em 2016 pela celebração da acessibilidade universal no turismo. Com o tema *Tourism for All - promoting universal accessibility*, a Organização Mundial do Turismo (OMT), juntamente com o *trade*, a academia e os *stakeholders* da atividade se comprometem a fazer com que o turismo seja "aproveitado igualmente por todos, independentemente das habilidades de cada indivíduo". (OMT, 2016, p. 4, tradução nossa).

A acessibilidade no turismo é garantida pelo Código Ético Mundial para o Turismo. Este documento, adotado na Assembleia Geral da OMT em 1999, reconhece que o "acesso direto e pessoal à descoberta das riquezas de nosso mundo constituirá um direito aberto, igualmente, a todos os habitantes do planeta" (OMT, 1999, artigo 7.1) e que o "turismo das famílias, dos jovens e estudantes, das pessoas idosas e dos deficientes deverá ser encorajado e facilitado.". (OMT, 1999, artigo 7.4).

Segundo dados fornecidos pelo censo do IBGE em 2010[1], 45.606.048 milhões de pessoas (23,9% da população) declararam ter pelo menos um dos tipos das deficiências investigadas pelo instituto: visual, auditiva ou motora, com seus graus de severidade. E, por isso, banheiros adaptados, um cardápio com letras em braile ou uma rampa de acesso, por exemplo, são cada dia mais necessários e presentes nos roteiros turísticos brasileiros.

Levando em consideração que a OMT definiu o turismo acessível como tema de trabalho para o ano de 2016, reforçando a relevância da acessibilidade em todo o consumo da atividade (pré/durante/pós viagem) o objetivo geral da pesquisa é analisar a acessibilidade dos atrativos turísticos do centro histórico da cidade de Curitiba/PR.

Deste modo, os objetivos específicos são: a) apresentar o cenário da acessibilidade turística do centro histórico da cidade de Curitiba; b) aplicar os roteiros de inspeção de acessibilidade, desenvolvidos pelo Ministério do Turismo, a fim de verificar as condições das instalações dos atrativos do centro histórico de Curitiba; c) apresentar a discussão teórica entre a relação da preservação de bens patrimoniais nos

[1] IBGE. **Censo demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2010. Relatório. Disponível em: <https://goo.gl/P5Xp8F>. Acesso em: 13 set. 2016.

centros históricos e as suas possíveis alterações para receber um visitante portador de deficiência ou mobilidade limitada.

ACESSIBILIDADE

O conceito de deficiência pode variar dependendo do contexto em que é operacionalizado. (ALMEIDA, 2009). O termo deficiência veio do latim e no português significa falta, carência ou insuficiência. Para Ferreira Filho (1995), os deficientes são aqueles que, por motivos físicos ou mentais, se encontram em situação de inferioridade em relação aos demais.

Ainda que a palavra "deficiente" possua variadas interpretações, ela é geralmente utilizada para se referir às pessoas com alguma "anormalidade", podendo ser cognitiva, motora ou afetiva. (KIRK; GALLAGHER, 1996). De acordo com o Decreto Federal n.º 3298/1999, deficiência é "toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.". (BRASIL, 1999).

É notável o aumento do número de pessoas que apresentam algum tipo de dificuldade física. Por isso, faz-se necessário a existência de meios, diretrizes e políticas públicas que tornem o acesso de todas as pessoas a todos os locais tidos como públicos sejam eles privados ou não, de maneira segura e facilitada. (DEMO, 1994).

Sendo assim, a acessibilidade é essencial para a emancipação dos indivíduos através das liberdades individuais, considerando que as pessoas devem ter a independência e autonomia de ir e vir, como todo e qualquer cidadão provido de direitos sociais. (LEAL; CAMPANHOL, 2009).

A NBR 9050:2004 define a palavra acessível como "espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida". (ABNT, 2004, p. 2). O termo envolve tanto a acessibilidade física, de comunicação, acessibilidade às edificações de uso público, coletivo ou privado. (ABNT, 2004).

Para Kliksberg (2003) a acessibilidade é necessária em todo o espaço público para o exercício da plena cidadania à toda população e, consequentemente, o desenvolvimento social. A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma no artigo 2º que toda pessoa tem a capacidade de gozar os direitos e as liberdades, sem distinção de qualquer espécie, raça, sexo, língua ou capacidade física. (ONU, 1948). O artigo 13º do mesmo documento também declara que toda pessoa tem o direito à liberdade de locomoção, o que não seria possível se os obstáculos para essa locomoção fossem maiores que o direito de ir e vir. (ONU, 1948).

TURISMO ACESSÍVEL

O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico que implica no deslocamento de indivíduos para locais distintos aos de suas residências, motivados por propósitos pessoais ou profissionais. (OMT, 2014). O encontro do turista com uma nova realidade é responsável por integrar os povos e ampliar a visão do mundo dos visitantes, que, ao praticá-lo, aprende a respeitar e admirar as diferenças entre as diversas culturas e pessoas. (VIGNATI, 2008).

Levando em conta o turismo como fenômeno social para todos, deve-se pensar na atividade de modo que esta abranja todos os perfis da sociedade e de turistas. Portanto, o turismo se caracteriza como uma atividade acessível. (OMT, 2016).

Turismo foi originalmente associado ao termo acessibilidade na Declaração de Manila sobre turismo mundial. Esta declaração reconheceu o direito de acessibilidade turística e recomendou aos estados membros a regulamentação dos serviços turísticos. (COSTA, 2012). Em 1990 essas recomendações foram aprovadas na Assembleia de Buenos Aires e, finalmente, o conceito "turismo acessível" foi descrito no relatório "Turismo para Todos", o que trouxe maior credibilidade para a acessibilidade no turismo. (COSTA, 2012).

O turismo acessível é uma tarefa difícil de ser concretizada no contexto do Brasil. Segundo Carvalho (2012), o turismo no país ainda não é um indutor da inclusão social. Contudo, o país sendo membro da ONU, possui iniciativas para o cumprimento

desses deveres como, por exemplo, o Plano Nacional do Turismo: Uma Viagem de Inclusão- 2007/2010 do Ministério do Turismo. (CARVALHO, 2012).

Mesmo com essa estratégia, de 2007 a 2010 foi realizado apenas a divulgação de cartilhas e estruturação de destinos turísticos adaptados como Socorro, em São Paulo, e a elaboração do manual de Recepção e Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos. Portanto, as iniciativas são boas, mas a prática ainda é escassa no país. (CARVALHO, 2012).

Segundo o Ministério do Turismo (2009) os obstáculos e barreiras arquitetônicas que se encontram nos ambientes urbanos, limitam o deslocamento de parte dos cidadãos. Portanto, o processo de inclusão social expõe o dever dos equipamentos turísticos em possuir adaptações para o turista com deficiência realizar suas atividades com independência e autonomia. (MTUR, 2009).

A acessibilidade deve ser garantida não apenas às pessoas com deficiência, mas também às crianças, idosos, gestantes, obesos e que tenham mobilidade reduzida no geral. (MTUR, 2009). Portanto, turismo acessível é "o termo técnico para definir a possibilidade e condição do portador de deficiência alcançar e utilizar, com segurança e autonomia, edificações e equipamentos de interesse turístico.". (MTUR, 2009, p. 27).

A concretização do turismo acessível também estará em conformidade com os direitos dos cidadãos perante o artigo 5º da Constituição Federal, que garante a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. (BRASIL, 1988).

Assegurar a acessibilidade em equipamentos e edificações permite ainda o aumento da demanda. Segundo Borges (2009, p. 24) "o turismo acessível não deve ser entendido como apenas um direito social, mas como uma interessante oportunidade de mercado e de negócio para o setor", visto que a demanda se tornará mais ampla e mais um perfil de turistas poderá ser atendido.

ACESSIBILIDADE EM BENS PATRIMONIAIS PRESERVADOS

Os recursos patrimoniais são a matéria-prima para a atividade turística, porque constituem a origem das experiências; são elementos indispensáveis para a estruturação de produtos turísticos competitivos; desencadeiam a decisão de compra do destino pelos turistas; e fixam os traços de personalidade e diferenciação do lugar. (VALLS, 2006).

De acordo com Choay (2001), o patrimônio histórico designa um bem representativo de uma comunidade e é constituído pela acumulação de uma diversidade de saberes materiais e imateriais que se congregam por seu passado comum.

Paes (2009) afirma que é na paisagem que as heranças e memórias, tornadas patrimônio, ganham materialidade. Deste modo, o domínio patrimonial material e arquitetônico deixou de se limitar a edifícios individuais e passou a englobar aglomerados de edificações e malha urbana, aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e também centros históricos. (CHOAY, 2001).

Ao considerar que estes locais são dotados de valores histórico-culturais e, por isso, merecem destaque frente à outros elementos da cidade, é necessário preservá-los para assegurar a sua transmissão às futuras gerações. (RIBEIRO; MARTINS; MONTEIRO, 2012). Segundo Valls (2006) a manutenção ou a recuperação do valor original do território e do patrimônio também são benéficas para a satisfação do turista no destino.

Nesse contexto é que o processo de patrimonialização, geralmente regido por uma legislação específica, ocorre. Ele é um recurso recorrente para a conservação de símbolos e signos culturais. (PAES, 2009; RIBEIRO; MARTINS; MONTEIRO, 2012). O ato final do procedimento de patrimonialização é o tombamento, o qual o poder público institui uma servidão administrativa de proteção sobre determinado bem, em razão de suas características especiais. (PIRES, 1994).

A relação entre a patrimonialização de bens culturais edificados e o turismo acontece na transformação dos patrimônios de centros urbanos em lugares de grande visitação turística. (PAES, 2009). Para a autora essa é uma associação difícil, "pois enquanto a preservação patrimonial tende a congelar os bens tombados, restringindo ou limitando mudanças formais ou funcionais, a valorização turística incorpora novos usos ao território.". (PAES, 2009, p. 168).

Considerando a relevância do turismo acessível, evidenciada pela OMT no Dia Mundial do Turismo de 2016, é necessário pensar em como adaptar para pessoas com restrição de mobilidade os bens histórico-culturais que recebem visitantes e que, em sua maioria, tratam-se de locais que desprivilegiam o acesso desse público. (RIBEIRO; MARTINS; MONTEIRO, 2012).

De acordo com Ferreira e Kother (2015, p. 3), "quando se orienta o foco para os centros históricos [...] sente-se a necessidade de uma adaptação para torná-los espaços de relações sociais", porque se esses ambientes não forem apreendidos pela população eles perdem sua função simbólica, além das características histórico-culturais que lhes agregam valor. (RIBEIRO; MARTINS; MONTEIRO, 2012).

Isto posto, Ribeiro, Martins e Monteiro (2012) concordam que é preciso possibilitar pleno acesso à estes espaços por ampla gama de usuários que possuam alguma restrição de mobilidade. Assim, o patrimônio será usufruído por toda a população e visitantes, mantendo o seu aspecto coletivo e contribuindo para a sua preservação. (RIBEIRO; MARTINS; MONTEIRO, 2012).

Para assegurar a acessibilidade em patrimônios históricos o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) determinou na Instrução Normativa n.º 1/2003 que os projetos envolvidos em adaptações de acessibilidade nos bens culturais imóveis deverão ser submetidos à aprovação pelo órgão responsável pelo seu tombamento. (FERREIRA; KOTHER, 2015).

A Instrução Normativa demonstra uma preocupação do poder público acerca do tema, porém "ainda que haja ambientes considerados Patrimônio Histórico e Cultural que alcançaram a acessibilidade física sem prejudicar seus valores históricos e culturais, pessoas com restrição de mobilidade ainda são segregadas de muitos desses locais.". (RIBEIRO; MARTINS; MONTEIRO, 2012, p. 148).

METODOLOGIA

Este trabalho pode ser classificado quanto aos seus objetivos, procedimentos e natureza. No primeiro caso, ela é uma pesquisa descritiva, porque visa descrever as características da acessibilidade no centro histórico da cidade. Neste tipo de pesquisa são definidas questões de investigação no início, sendo a pesquisa pré-planejada e estruturada. (MALHOTRA; BIRKS, 2007).

Em relação aos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica e documental, porque ela é elaborada com base em material já publicado por autores (livros, artigos e obras de

referência) e documentos públicos e oficiais, como os relatórios e cartilhas do Ministério do Turismo e da Organização Mundial do Turismo. (GIL, 2010).

Por fim, relativamente à natureza, este estudo é qualitativo, porque demonstra o sentido de um determinado fenômeno social. (FILHO; FILHO, 2013). As pesquisas qualitativas se propõem a preencher lacunas no conhecimento e o pesquisador precisa buscar as respostas em campo. (DENCKER, 2007).

A técnica da pesquisa foi a observação *in locu* nos atrativos turísticos do centro histórico de Curitiba. Os locais selecionados para a verificação da acessibilidade foram: o Paço da Liberdade, Praça Tiradentes, Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Luz, Memorial de Curitiba, Igreja da Ordem, Igreja do Rosário, Igreja Presbiteriana, Palácio Garibaldi, Palacete Wolf e o passeio público do Largo da Ordem (Rua Doutor Claudino dos Santos), dentre os quais, apenas quatro são tombados pela Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná - o Paço da Liberdade, a Igreja da Ordem, o Palácio Garibaldi e o Palacete Wolf.

Como método de coleta de dados foram utilizados três roteiros desenvolvido pelo Ministério do Turismo: o "Roteiro de Inspeção - Mapeamento da Acessibilidade"; o "Roteiro de Inspeção - Verificação da Acessibilidade da Edificação"; e o "Roteiro de Inspeção - Verificação da Acessibilidade do Passeio Público"[2], a fim de verificar as condições de acesso, serviços e instalações dos atrativos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os roteiros de inspeção foram aplicados nos dias 25 e 28 de setembro e 04 de outubro de 2016 nos atrativos mencionados anteriormente. Os principais tópicos analisados estão relacionados aos acessos internos e externos à edificação; sanitários; autonomia e segurança; pisos táteis (pisos em alto relevo que auxiliam deficientes visuais); sinalizações (em Braille e o SIA - Símbolo Internacional de Acessibilidade); rampas; estacionamentos; mobiliários; bebedouros, telefone acessível, entre outros; e serão discutidos a seguir.

[2] BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Acessível**: Mapeamento e Planejamento do Turismo Acessível nos Destinos Turísticos. Brasília, 2009. Relatório.

A adoção de métodos e ações que reforçam a inclusão social por meio da acessibilidade e não a segregação em espaços públicos e históricos é fundamental. Porém, a falta de acessibilidade nos locais avaliados ainda é um problema frequente. Durante a aplicação dos roteiros de inspeção, verificaram-se alguns dos vários obstáculos que impedem as pessoas de exercerem o direito de ir e vir.

Na Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Luz, a igreja matriz da cidade, as condições para atender pessoas com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida ainda estão longe de serem as mais adequadas, contudo, dentre as demais igrejas avaliadas, esta foi a que mais apresentou aspectos positivos.

No que se refere aos estados externos da Catedral, pôde-se notar que a conservação das calçadas é ruim, o tipo de piso é derrapante e trepidante (caracterizado pelo tremor), as guias rebaixadas, mesmo existindo, são inadequadas e a sinalização tátil de alerta em interferências são parcialmente existentes. As situações dos acessos privados na Catedral são mais otimistas, visto à circulação interna, por exemplo, se encontrar em bom estado e as rampas, escadas e os desníveis estarem adequados. Ainda que a igreja não esteja em sua totalidade adequada às normas vigentes de acessibilidade, ações como missas ministradas inteiramente em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ocorrem todos os sábados em horário específico.

Avaliando as igrejas seguintes, foi possível observar a falta total de infraestrutura e serviços voltados às pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida, pois, diferentemente da Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Luz, a Igreja do Rosário, a Igreja da Ordem e a Igreja Presbiteriana possuem rampas inacessíveis e não possuem piso tátil de alerta e direcionais em nenhum local necessário. As portas não acompanham nenhum tipo de sinalização em Braille e os equipamentos, assim como os banheiros, quando na existência do mesmo, não estão adequados e acessíveis à utilização.

Com relação ao Palácio Garibaldi, este possui pontos positivos para um atendimento acessível, quando se trata dos ambientes internos, pois possui rampas de acesso, elevador, desníveis adequados, parte dos equipamentos acessíveis identificados com a SIA, e dois sanitários (um feminino e um masculino) acessíveis. Todavia, as características positivas dos espaços internos atendem apenas às pessoas com cadeiras de rodas (PCR), pessoas com mobilidade reduzida (PMR) e pessoas obesas (PO),

excluindo, portanto, deficientes visuais e auditivos, pois no local não existem sinalização em Braille, comunicação sonora ou telefone acessível, mesmo que os colaboradores possuam treinamentos e interesse em atender o visitante com necessidades especiais.

Apesar do fato de estar em reforma no momento da aplicação do roteiro, o acesso externo à edificação é precário. O ambiente apresenta piso derrapante e trepidante e os estacionamentos estão à uma distância incômoda para os dois acessos.

O Palacete Wolf, sede da Casa da Leitura Dario Velozo, é uma edificação pequena e seus colaboradores estão aptos para atender deficientes auditivos e visuais, mas expressam a dificuldade de modificar espaços tombados a fim de torná-los acessíveis. Apesar do interesse demonstrado, a acessibilidade no atrativo é quase nula. O acesso externo não possui rampas, sinalização tátil ou desníveis, com pisos derrapantes e trepidantes. O mesmo se aplica ao ambiente interno, possuindo 10% ou menos dispositivos adequados, com sanitário fora de rota e parcialmente acessível (com barras de apoio apenas no vaso e alguns acessórios dentro da faixa de alcance). Sinalização em Braille, SIA e comunicação sonora também não foram encontradas.

A acessibilidade no Memorial de Curitiba, espaço que abriga diversas atividades culturais, incluindo exposições e apresentações musicais[3], também é insatisfatória. O piso do acesso externo é derrapante e trepidante e não possui sinalização tátil. As instalações internas não apresentam sanitários, recepção ou estacionamento acessíveis, bem como sinalização em Braille, comunicação sonora, mobiliário e telefone acessíveis. O piso interno é igual ao externo, dificultando a locomoção de pessoas com mobilidade reduzida ou total. A única rampa existente internamente, que poderia ser utilizada por cadeirantes, é estreita e não sinalizada.

Relativamente à acessibilidade dos passeios públicos, a Praça Tiradentes e o Largo da Ordem (Rua Doutor Claudino dos Santos) possuem guias rebaixadas (ainda que em mal estado de conservação no Largo da Ordem) e não apresentam vagas especiais de estacionamento e semáforos com botoeira sonora. O largo tem uma superfície irregular e carece de piso tátil, enquanto a praça, que passou por uma revitalização do logradouro em 2008, garante um acesso de melhor qualidade, com piso tátil, rebaixos adequados e calçamento antiderrapante e antitrepidante.

[3] MEMORIAL de Curitiba. Disponível em: <http://www.fundacaoculturaldecuritiba.com.br/espacos-culturais/memorial-de-curitiba/>. Acesso em: 08 out. 2016.

Dentre as edificações observadas, o Paço da Liberdade foi o que mais se destacou, por possuir espaços acessíveis às pessoas com cadeiras de rodas, com mobilidade reduzida, pessoas obesas, deficientes visuais e auditivos. O calçamento do acesso externo está em bom estado de conservação, com piso antiderrapante e antitrepidante, guias rebaixadas e rampas adequadas, piso tátil em seu entorno, além de possuir um estacionamento especial com a Sinalização Internacional de Acessibilidade e distância confortável ao prédio.

Para adentrar ao ambiente interno, cadeirantes possuem uma entrada específica com elevador. Além do mais, a circulação possui larguras superior a 1,20m, o que atende às normas vigentes de acessibilidade. O sanitário acessível fica no primeiro andar e está visualmente sinalizado por placas (é possível chegar a todos os andares com um elevador, que também possui avisos sonoros). Infelizmente o sanitário estava fechado, porque ele só é aberto quando solicitado por um visitante e a única atendente do dia não podia deixar a recepção para levar os pesquisadores até ele.

Como itens de melhoria, o Paço precisa implantar sinalização em Braille em mapas táteis e no cardápio do seu café, além de pisos táteis direcionais e de alerta internamente, telefones, bebedouros e mobiliários acessíveis. Por fim, a funcionária da recepção que atendeu o grupo é treinada em LIBRAS.

Mesmo sendo o único monumento do Paraná tombado pelo CPC e pelo IPHAN, o Paço da Liberdade foi revitalizado em 2009, com um projeto de restauração que respeitou as características originais do edifício e privilegiou o uso público do espaço[4]. Por isso, o edifício é um ótimo exemplo em Curitiba de como um bem tombado também pode se tornar acessível, garantindo novos usos ao espaço e respeitando a sua história e composição original.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo trouxe uma discussão acerca da acessibilidade dos atrativos turísticos do centro histórico da cidade de Curitiba, tema de relevância internacional em

[4] CURITIBA. Prefeitura de Curitiba. Paço da Liberdade. Disponível em: <https://goo.gl/m3MPoK>. Acesso em: 08 out. 2016.

2016, devido ao fato de que O Dia Mundial do Turismo deste ano foi marcado pela celebração da acessibilidade universal no turismo.

Nenhum dos 10 locais selecionados e analisados possui 100% de acessibilidade à cadeirantes, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas obesas, deficientes visuais ou adutivos. Apenas um dos atrativos, o Paço da Liberdade, pode ser considerado um bom exemplo de acessibilidade no centro histórico, mas o panorama geral é precário, com grandes problemas de conservação dos calçamentos nos acessos externos, guias rebaixadas e rampas, falta de sanitários e outros mobiliários acessíveis e sinalização escassa ou inexistente.

É importante ressaltar que o Paço da Liberdade também comprova que é possível tornar um patrimônio histórico e cultural tombado, ou seja, que dificilmente pode ser modificado, em um espaço acessível a todos os públicos, viabilizando o direito de ir e vir dos cidadãos e visitantes.

Como limitação da pesquisa, o grupo precisou ir aos locais em três dias diferentes, porque alguns não estavam abertos na primeira tentativa de aplicação dos roteiros de inspeção. Finalmente, como sugestão às pesquisas futuras, os autores propõem a verificação de mais edificações do centro histórico, com uma análise mais profunda de todos os quesitos das normas de acessibilidade e entrevistas estruturadas com os gestores e funcionários dos atrativos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. V. de. Turismo para pessoas com deficiência. In: PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. G. dos R. (Org.). **Segmentação do mercado turístico**: Estudos, produtos e perspectivas. São Paulo: Manole, 2009. p. 463-486.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BORGES, A. B. de A. **Acessibilidade e Desenvolvimento Sustentável**: o turismo na cidade de Formosa–GO. 59 f. Monografia (Pós-Graduação em Formação de Professores em Turismo) - Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1999. p. 1.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo Acessível**: Introdução a uma Viagem de Inclusão. Brasília, 2009. Relatório. Disponível em: <https://goo.gl/4iMJp1>. Acesso em: 15 set. 2016.

CARVALHO, S. M. S. Acessibilidade do Turismo no Parque Nacional Serra da Capivara - PI. **Turismo em Análise**, v. 23, n. 2, 2012.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COSTA, L. A. **Turismo Adaptado**: acessibilidade turística para cadeirantes nos cinco principais atrativos turísticos da cidade de Curitiba - PR. 97 f. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Turismo) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2012.

DEMO, P. **Política Social, Educação e Cidadania**. Campinas: Editora Papirus, 1994.

DENCKER, A. F. M. **Pesquisa em turismo**: planejamento, métodos e técnicas. 9. ed. São Paulo: Futura, 2007.

FERREIRA FILHO. **Curso de Direito Constitucional**. 22. ed. São Paula: Saraiva, 1995.

FERREIRA, M. S.; KOTHER, M. B. M. Acessibilidade e Patrimônio Histórico: Exercício de Simultaneidade. In: I congresso Internacional Espaços Públicos, 2015, Porto Alegre. **Anais**… Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p. 1-9. Disponível em: <https://goo.gl/c9rQg4>. Acesso em: 15 set. 2016.

FILHO, M. C. F.; FILHO, E. J. M. A. **Planejamento da pesquisa científica**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

KIRK, S. A.; GALLAGHER, J. J. **Educação da criança excepcional**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KLIKSBERG, B. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LEAL, L. A.; CAMPANHOL, E. M. **Políticas Públicas, desenvolvimento social e acessibilidade**: o turismo inclusivo em Franca. Trabalho apresentado no III Congresso de Iniciação Científica do Uni-FACEF, Franca, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/F0SOls>. Acesso em: 15 set. 2016.

MALHOTRA, N. K.; BIRKS, D. F. **Marketing Research**: An Applied Approach. 1. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2007.

OMT. **Global Code of Ethics for Tourism**. Madrid, 1999. Disponível em: <https://goo.gl/pyg1G>. Acesso em: 19 ago. 2016.

____. **Glossary of tourism terms**. Madrid, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/5X62cl>. Acesso em: 14 set. 2016.

____. **World Tourism Day 2016 "Tourism for All - promoting universal accessibility" Good Practices in the Accessible Tourism Supply Chain**. Madrid, 2016. Relatório.
Disponível em: <https://goo.gl/1RL3Mw>. Acesso em: 19 ago. 2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <https://goo.gl/DIkVZK>. Acesso em: 12 ago. 2016.

PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I (Org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.

PIRES, M. C. S. **Da proteção ao patrimônio histórico cultural**: o tombamento como principal instituto. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

RIBEIRO, G. S.; MARTINS, L. B.; MONTEIRO, C. M. G. O desafio da acessibilidade física diante da sacralização do Patrimônio Histórico e Cultural. **Cadernos Proarq**, v. 19, 2012.

VALLS, J. F. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VIGNATI, F. **Gestão de destinos turísticos**: como atrair pessoas para pólos, cidades e países. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio, 2008.

APÊNDICE 1 - FOTOS DA COLETA DE DADOS

Guia rebaixada do Largo da Ordem

Rampa de acesso à Catedral

Estacionamento especial do Paço

Entrada para cadeirantes do Paço